

-----ATA NÚMERO 9/2016-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM TRÊS DE MARÇO DO ANO DOIS MIL E
DEZASSEIS.**-----

-----Aos três dias do mês de março do ano dois mil e dezasseis, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo Luis, e os Senhores Vereadores: Paulo Alexandre de Atougua Aveiro, José Manuel de Sousa Rodrigues, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Vanda Maria de Fátima Sousa de França Correia de Jesus, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Artur Alberto Fernandes Andrade e João José Nascimento Rodrigues. A secretariar esteve presente Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração.-----

---Presentes, ainda, os Senhores João José Sales Fernandes Correia e Alicia Maria Faria Abreu que substituem, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 78º e 79º da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro os Senhores Vereadores Bruno Miguel Camacho Pereira e Domingos Manuel Martins Rodrigues, do PSD e Mudança, respetivamente.-----

---Além dos acima referidos estiveram também presentes o Chefe de Gabinete, Miguel Iglésias e os Adjuntos da Vereação, Sandra

Silva e João Beja.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VERAÇÃO: - Iniciando este período a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, questionou, de novo, a listagem do Canil do Vasco Gil, que foi, igualmente, solicitada pelo Senhor Vereador da CDU, Artur Andrade.-----

----- - A Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, esclareceu que a referida lista está a ser ultimada e logo que finalizada será enviada.-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, e, relativamente à discussão na Assembleia Legislativa do decreto legislativo, sobre a classificação das estradas, disse que o Secretário com a tutela fora interrogado sobre a maneira como as vias serão devolvidas ao Município do Funchal, tendo o mesmo esclarecido que serão alvo de obras, nomeadamente colocação de varandins e muros de suporte assim como a repavimentação. Perguntou ainda se a Autarquia seria ressarcida de algum valor, tendo sido informado de que a Câmara não o teria solicitado. A este propósito, disse que gostaria de saber

se o Executivo terá intenção ou não de efetuar esse pedido de ressarcimento.-----

----- - Respondendo, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, explicou que feitos os cálculos, o montante do ressarcimento é irrelevante, pelo que se as estradas forem devolvidas com as obras que estão planeadas o mesmo é colmatado.-----

-----Prosseguindo, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, abordou, novamente, a questão relacionada com as más condições de segurança das paragens dos autocarros nas Ruas do Anadia e Brigadeiro Oudinot. A este propósito, fez uma chamada de atenção, no sentido de haver uma conciliação de esforços com a Empresa Horários do Funchal, para que seja estudada uma nova localização das paragens ou outra intervenção ao nível do aumento dos passeios.-----

----- - Em relação a esta questão, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, informou que as duas artérias em referência estão incluídas no plano de intervenção do “Plano de Meios para as Ribeiras” e serão intervencionadas, acrescentando que na paragem existente na Rua da Infância, já estão sendo realizadas obras.-----

-----Continuando, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, questionou o funcionamento ou não do depósito de gás existente no Jardim do Campo da Barca assim como a desativação de um semelhante no Anadia, tendo o Senhor Presidente referido que mandaria averiguar estas situações junto dos serviços

competentes.-----

-----Por último, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, pediu esclarecimentos relativamente a um quiosque que se encontra encerrado no lado sul da Avenida do Mar.-----

----- - O Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, informou que o referido quiosque é da responsabilidade da Frente Mar, tendo já sido aberto concurso, estando, atualmente, a serem analisadas as propostas.-----

----- - Iniciando a sua intervenção, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, alertou para a existência de um derrame de água no Caminho dos Saltos, número quarenta e um.-----

-----Continuando, questionou se o Movimento Democrático das Mulheres teria sido convidado para o Conselho Municipal da Igualdade ao que a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança respondeu afirmativamente, tendo, segundo referiu, falado pessoalmente com a presidente.-----

-----De seguida, colocou a questão relacionada com o programa de requalificação do Autossilo do Campo da Barca, o qual implicaria um conjunto de obras, nomeadamente ao nível de pintura, arranjo de fissuras, portas corta-fogo, questionando se o mesmo fora executado e em caso de não ter sido, para quando está prevista essa intervenção. Disse, também, que alguns dos moradores na zona queixaram-se do barulho no local devido aos ensaios de grupos que participam nos cortejos de Carnaval.-----

----- - Sobre este assunto o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da

Mudança, informou que mandaria averiguar junto dos serviços o ponto de situação.-----

-----Prosseguindo no uso da palavra, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, alertou para o encerramento, de novo, do portão sul, na promenade, junto ao Hotel Porto Santa Maria, dizendo ser necessário uma tomada de medidas para que esta situação não volte a suceder.-----

-----Questionou ainda sobre o andamento do processo das obras de adaptação da Escola do Faial para a AMAO, ao que o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, disse não existir novidades em relação ao respondido em reunião anterior.-----

-----Continuando, e relativamente ao Relatório de Atividades do Município, apresentado na última sessão da Assembleia Municipal, solicitou cópia do Relatório de Avaliação dos Planos Municipais e do estado do Ordenamento do Território no Município do Funchal, bem como esclarecimentos quanto ao ponto da situação da revisão do Plano Diretor Municipal.-----

----- - Sobre este assunto, o Senhor Presidente esclareceu que todos os planos se encontram em análise, tendo a Autarquia uma equipa a trabalhar em coordenação com o consórcio, referindo ainda que no decorrer do presente ano haverá a fase de discussão pública do PDM.-----

-----Retomando a palavra, o Senhor Vereador da CDU, Artur Andrade, e relativamente aos recursos humanos afetos à FrenteMarFunchal e à SocioHabitaFunchal, referiu: “Gostaria de

ser informado do número de funcionários cedidos via contrato de cedência da Câmara às Empresas Municipais; quantos com contrato individual de trabalho; quantos com vínculo efetivo; quantos com contrato a prazo; tipos e duração dos contratos; quantos a recibo verde; quantos admitidos nos últimos três anos e que tipo de contrato e por último o número de rescisões de contratos individuais de trabalho efetuadas também nos últimos três anos”.-----

-----Continuando, e relativamente ao “Dia da Mulher”, questionou se haverá alguma programação especial para este dia, por parte do Conselho Municipal para a Igualdade, tendo a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, referido que existe um grupo de trabalho, integrando elementos do Departamento de Educação e Qualidade de Vida, que tem trabalhado e operacionalizado as atividades levadas a cabo pelo Município. Informou que o Conselho Municipal da Igualdade (CMI) reuniu no fim de fevereiro pela primeira vez e voltará a reunir no dia quatro de março próximo. Serão enriquecidas as propostas constantes para dois mil e dezasseis, beneficiando de outros olhares, de outras visões destas questões. Para este dia em concreto, informou que está sendo organizada uma conferência aberta a toda a população, com uma sessão dinâmica, a decorrer pelas dezassete horas, na Sala da Assembleia Municipal, incluindo a participação de um painel composto por uma psicóloga, um nutricionista, uma conselheira de imagem e uma professora de atividade física que abordarão o tema

“Gostar de Si”.-----

----- - Em relação a este assunto, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, questionou, uma vez mais, o facto do Plano Municipal para a Igualdade não ter sido proposto em reunião de Câmara apesar de já ter sido submetido e aprovado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, não tendo permitido, por essa razão, a eventual colaboração e contributo por parte dos restantes Vereadores da Oposição.-----

----- - Sobre esta questão, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, referiu: “Falta só terminar a introdução do Plano. De qualquer forma foram ouvidas e colaboraram diferentes entidades. Será, com certeza, trazido a uma próxima reunião para divulgação junto dos restantes Vereadores. Continuou afirmando que um plano deste género é sempre um processo em construção, pelo que está constantemente aberto a melhorias. Aliás, o nosso Plano Municipal da Igualdade tem por lema “Caminhando para a Igualdade”. Um caminho pode, a todo o momento, ser alterado, pelo que este não é exceção. De qualquer forma, o Conselho Municipal da Igualdade tem a representação de todos os partidos presentes na Assembleia Municipal, para além de outras entidades, pelo que também eles o poderão enriquecer e melhorar.-

-----Finalizando, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, e relativamente à opção gestionária, sugeriu que fosse avaliada a situação dos trabalhadores que não estão incluídos nos sindicatos que apresentaram providências cautelares, para que não sejam

aplicados os descontos enquanto não houver conhecimento da
ação principal.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia
e pela sequência nela prevista:-----

**1 – ADESÃO À CARTA EUROPEIA PARA A IGUALDADE DAS
MULHERES E DOS HOMENS NA VIDA LOCAL:** - Subscrita pela

Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, foi presente a
seguinte proposta de deliberação:-----

---“Considerando que: 1. A elaboração de uma estratégia municipal
para a igualdade de género está integrada num dos eixos
prioritários e fundamentais deste Executivo, na construção de uma
cidade democrática, ágil, transparente e participativa; 2. Foi
assinado um Protocolo com a Comissão para a Cidadania e
Igualdade de Género, em março de 2014, com o intuito de
promover o reforço de competências para a autonomia económica e
para a participação nos processos de decisão e a concretização e
dinamização de ações de formação; 3. Foi nomeada a Conselheira
Municipal para a Igualdade, em março de 2014, que assegura a
consultoria na definição de medidas com vista à integração de uma
perspetiva de género nas decisões e ações a implementar pela
Autarquia; 4. Foi instituído o prémio Municipal Maria Aurora, em
setembro de 2014, com o intuito de contribuir para a promoção da
cidadania e a igualdade de género, e ainda homenagear a escritora
Maria Aurora, personalidade da cultura que ao longo da sua vida

demonstrou sempre uma especial atenção relativamente aos direitos de igualdade entre géneros, promovendo diálogos e denunciando quando esses direitos não eram salvaguardados; 5. Foi atribuída ao Funchal a “Menção Honrosa” ao trabalho apresentado ao prémio “ Viver em Igualdade”, promovido pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, destinado aos municípios numa iniciativa no âmbito do V Plano Nacional para a Igualdade de Género; 5. Foi definido o 24 de outubro como o Dia Municipal para a Igualdade, em reunião do executivo camarário, a 5 de março de 2015, de forma a dar visibilidade ao tema da Igualdade de Género e permitir o desenvolvimento de iniciativas que visam alertar a sociedade em geral para o valor da igualdade, considerado como um dos valores primordiais para o desenvolvimento humano do Concelho do Funchal; 7. Foi criado o Conselho Municipal para a Igualdade, em junho de 2015, com o objetivo de promover uma abordagem positiva e não discriminatória da igualdade. Terá também como objetivo trabalhar na área da promoção de uma educação para a cidadania e a realização de ações tendentes à tomada de consciência cívica da sociedade, por forma a eliminar as situações de discriminação, propondo ações de combate às mesmas; 8. Foi concluído, e submetido à Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, o Plano Municipal para a Igualdade de Género 2014-2017 – “Caminhando para a Igualdade”, em setembro de 2015, onde se definem os eixos estratégicos da atuação da Câmara Municipal do

Funchal no âmbito da igualdade de género; 9. Ao desenvolver as atividades enumeradas nos números anteriores, a Câmara Municipal do Funchal cumpre as condições para a adesão à Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local, a saber: elaborar e adotar um plano de ação para a igualdade e implementá-lo; divulgar o referido plano e prestar publicamente conta da sua implementação; fornecer formação aos seus colaboradores para identificar e eliminar atitudes e comportamentos estereotipados; implementar atividades e campanhas neste âmbito; 10. A Câmara Municipal do Funchal assume o compromisso de colaborar com as instituições e organizações do seu território no intuito de promover a instauração, de facto, de uma verdadeira igualdade. Face aos considerandos acima mencionados, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal, ao abrigo das competências previstas nas alíneas q) e aaa) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere a adesão à Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local, elaborada e promovida pelo Conselho dos Municípios e Regiões da Europa, em 2006”.-----
--- - Intervindo, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, esclareceu: “A Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local dirige-se a todas as coletividades locais e regionais que a queiram subscrever e tomar posição relativamente aos princípios de igualdade a implementar

no seu território. Para que essa implementação esteja garantida, cada signatário deve ter um plano de ação para a igualdade que estabeleça prioridades, ações e recursos para a sua realização. Foi redigida em dois mil e cinco/dois mil e seis, no âmbito de um projeto europeu levado a cabo pelo Conselho dos Municípios e Regiões da Europa, com o apoio de muitos parceiros. Poderão perguntar por que razão é importante estabelecer este tipo de compromisso. Para nós faz todo o sentido porque, apesar dos numerosos quadros legais de reconhecimento formal das questões da igualdade entre mulheres e homens, na prática, continuam a subsistir desigualdades políticas, económicas e culturais. Veja-se a disparidade salarial, ou a sub-representação das mulheres na vida política. Esta adesão é mais uma forma de comprometer e implicar o nosso município neste plano de ação e de tornar essa vontade visível aos olhos de toda a sociedade. É uma forma de lembrar que a nossa sociedade se sustenta no respeito pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, que inclui o direito fundamental à igualdade e a sua promoção. Em termos práticos, para além do compromisso público para a igualdade, a adesão a esta Carta incentiva-nos a trabalhar com diferentes parceiros para essa promoção (veja-se o Plano Municipal para a Igualdade de Género, o Conselho Municipal para a Igualdade, o Plano Regional contra a violência doméstica que contém propostas nossas, o Plano Nacional para a Igualdade de Género na Administração Pública Central e Local, o protocolo com a CIG, entre outras medidas), a

combater estereótipos, a prestar contas públicas da nossa ação para implementar o nosso Plano para a Igualdade. Ou seja, compromete-nos com os princípios de uma governação efetivamente democrática e de serviço público no interesse da justiça e do bem-estar das populações”.-----

--- - Usando da palavra, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, questionou a existência ou não de contrapartidas para quem adere à Carta, e se haveria algum apoio ou financiamento para a execução e operacionalização do Plano Municipal para Igualdade de Género, tendo a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, referido que existem obrigações, no que se refere à apresentação de relatórios sobre a sua execução, desconhecendo as contrapartidas financeiras pelo que irá averiguar.-----

--- - Relativamente a este assunto, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, referiu a importância da envolvência com os trabalhadores da Autarquia, muitos com problemas sociais que carecem de envolvimento e intervenção.-----

--- - Colocada à votação, foi aprovada, por unanimidade.-----

2 – ACIDENTES NA VIA PÚBLICA/INDEMNIZAÇÕES: - Presente requerimento de Maria José Neves Sapeta (procº 7586/16), acompanhado da informação da Divisão de Água e Saneamento Básico (refª 087/DIE/DASB/2016), solicitando indemnização pelos prejuízos causados no interior da moradia, sita à Estrada Visconde Cacongo, número quarenta e cinco, freguesia de Santa Maria Maior, devido a um derrame na rede de abastecimento de água

municipal, tendo a Câmara deliberado, por unanimidade, proceder ao pagamento da indemnização no valor de € 345,00 (trezentos e quarenta e cinco euros).-----

---**Adenda (nº 4 do artigo 11º. do Regimento das Reuniões da CMF)**. -----

3 – MERCADOS MUNICIPAIS:-----

----- - **Atribuição do direito de exploração do stand número 11 do Mercado dos Lavradores – adjudicação:** - A Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos do relatório do júri das propostas, adjudicar o direito de exploração do stand número onze (11) do Mercado dos Lavradores, destinado à venda de fruta e frutos secos, ao concorrente José Manuel Maia Encarnação, pelo valor mensal de € 1.760,00 (mil, setecentos e sessenta euros), acrescido de IVA à taxa em vigor. Mais deliberou aprovar a minuta do contrato a celebrar com o referido adjudicatário.-----

----- - **Stand número 1 do Mercado dos Lavradores – recurso de despacho:** - Em presença do recurso interposto por Floriano de Sousa (procº 64612016), ao despacho emanado pelo Senhor Presidente, que não deu provimento à reclamação apresentada contra a venda de couve picada no stand número um do Mercado dos Lavradores, a Câmara, deliberou indeferir, por maioria, com abstenção do PSD, CDS/PP e CDU, com base no parecer da Divisão de Contratação Pública (refª 12/DCPA/2016).-----

---A Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, sobre este assunto, referiu: “Não sendo possível fazer qualquer coisa,

considero ser importante num futuro, analisar à luz da lei a possibilidade de salvaguardar os casos de lojas que apenas comercializam um único produto”.

4 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

Prestação de serviços de mandado e representação jurídica do Município do Funchal no âmbito da “Ação Administrativa nº 26/16.2BEFUN” – parecer prévio: - Perante o respetivo processo (refª 177/2016), a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD e CDU, dar parecer prévio favorável à celebração do contrato de prestação de serviços de mandado e representação jurídica do Município do Funchal no âmbito da “Ação Administrativa nº 26/16.2BEFUN”, com Rui Pinto Duarte & Associados, Sociedade de Advogados, RL, no valor de € 4.000,00 (quatro mil euros), acrescido de IVA.

O Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, absteve-se, por força da sua atividade profissional de advocacia e pelo facto de se tratar de honorários de advogados.

Prestação de serviços de mandado e representação jurídica do Município do Funchal no âmbito da “Ação Administrativa nº 57/16.2BEFUN” – parecer prévio: - A Câmara deliberou aprovar, com os votos contra do PSD e abstenção do CDS/PP e CDU, em face do respetivo processo, dar parecer prévio favorável à celebração de contrato de prestação de serviços de representação jurídica do Município do Funchal no âmbito da “Ação Administrativa nº 57/16.2BEFUN”, com Rui Miguel

Candelária Bettencourt, no valor de € 1.316,00 (mil, trezentos e dezasseis euros) acrescido de IVA.-----

-----**Declaração de Voto do PSD:** “O nosso sentido de voto está relacionado com a insistência neste tipo de procedimento, quando fora assumido um compromisso, no início do mandato, sobre a análise destes casos para lançamento de um procedimento, para que a Câmara viesse a usufruir desta prestação em regime de avença. Nada temos contra a pessoa mas sim contra o procedimento adotado.”-----

5 – PROPOSTAS DA VEREAÇÃO:-----

----- - **Moção apresentada pela CDU, sobre o “08 de março, Dia Internacional da Mulher: uma data incontornável no caminho de uma sociedade justa, livre de desigualdades e discriminações:** - O Senhor Vereador Artur Andrade fez a

apresentação da Moção, que abaixo se transcreve:-----

---“O Dia Internacional da Mulher está historicamente ligado à luta das mulheres trabalhadoras pela sua emancipação política, económica e social. Ao longo de mais de um século, desde a aprovação, durante a II Conferência Internacional de Mulheres (Copenhaga, 1910), de um “Dia Internacional da Mulher”, são inúmeros os exemplos em que este dia se eleva como manifestação e luta pelas mais justas aspirações das mulheres de todo o mundo, um dia de ação das mulheres pelos seus direitos próprios, contra todas as formas de discriminação. Os objetivos que estiveram na origem da instituição do Dia Internacional da Mulher mantêm-se

atuais: a sociedade em que vivemos é marcada pelo triunfo de desigualdades, pela gigantesca desproporção entre os poucos detentores da riqueza e os muitos milhões de homens, mulheres e crianças que nada têm. Milhões de mulheres no mundo não têm garantida a sua sobrevivência e dos seus familiares. São as primeiras vítimas dos conflitos armados e das guerras do imperialismo. O dia 08 de março assume-se pelo facto de transportar para o tempo presente um património histórico de luta das mulheres pela sua emancipação, com reivindicações específicas, que constitui um fator de enriquecimento de uma luta comum a homens e mulheres pela transformação social. Trata-se de uma data histórica, um dia para assinalar, uma luta de todos os dias. O Poder Local Democrático em Portugal, que este ano assinala 40 anos das primeiras eleições para os seus órgãos, tem assumido um importante papel no assinalar desta data desde as primeiras comemorações do 08 de março em liberdade, em 1975. O Poder Local tem um papel importante na promoção dos valores da igualdade de direitos das mulheres, ancorados nos valores de Abril e nos princípios e direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa. Nas suas esferas de competência tem tido um papel importante na promoção dos direitos das mulheres, na valorização da sua participação como parte integrante da vida e história locais. Com esta moção, queremos saudar as mulheres portuguesas e em particular as que vivem, trabalham e estudam no concelho do Funchal. Para Portugal, no seu todo, interessa

empreender um caminho de recuperação de rendimentos e de direitos, de importância fundamental para a melhoria das condições de vida das mulheres (e da generalidade dos trabalhadores) como sejam: a reposição do horário de trabalho das 35 horas semanais na Administração Pública; o aumento do Salário Mínimo Nacional; a reposição dos quatro feriados suspensos; o direito das mulheres à Interrupção Voluntária da Gravidez, sem pressões nem condicionamentos; a eliminação das penhoras e hipotecas da habitação em execuções fiscais. É um caminho que importa prosseguir e consolidar, e que não dispensa que as mulheres se assumam como sujeitos ativos na luta para responder aos problemas mais sentidos e pela concretização da igualdade na lei e na vida. Assim, a Câmara Municipal do Funchal, apela às mulheres para que, com a sua determinação, coragem e confiança no futuro, comemorem o Dia Internacional da Mulher, honrando todas e todos os que lutam por uma sociedade justa, livre de desigualdades e de discriminações”-----

--- - Colocada à votação foi aprovada por unanimidade.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às doze horas.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 71/2016, publicada nos locais de estilo.